

A mídia e a transformação da realidade*

Ricardo F. Mendonça**

**Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Fafich/UFMG. É membro do EME/UFMG (Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público) e da AIC (Associação Imagem Comunitária).

Introdução

Ao longo da trajetória dos estudos de mídia, é recorrente a visão de que os meios de comunicação não oferecem grandes possibilidades para a transformação da realidade. Uma idéia amplamente difundida é a de que eles apenas reproduzem valores e ideologias hegemonicamente naturalizados.

O pensamento de alguns autores da chamada primeira geração da Escola de Frankfurt é exemplar nesse sentido. Filósofos como Adorno e Horkheimer (1985) analisavam a mídia sob a ótica da noção de *indústria cultural*, defendendo sua centralidade na geração de consciências conformistas e afeitas aos valores das elites capitalistas. Ao oferecer às pessoas um mundo ordeiro, transmitindo-lhes uma satisfação que facilita a aceitação, os meios renunciariam à

* O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público). Agradeço as valiosas contribuições de Rousiley Maia, Maria Ceres Castro, Ângela Marques, Roberto Reis, Márcia Cruz, Danila Cal, Janaína Galvão, Débora Santos, Augusto Leão. Uma versão foi apresentada no V Enlepicc (Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura). Apoio: Capes e Fapemig.

dialética e atribuiriam caráter de *statu quo* ao que divulgam. A cultura, vista como tradicional forma de decentramento, ver-se-ia transformada em mercadoria.¹

De uma perspectiva inteiramente diferente, e adotando uma visão mais otimista, ainda que mais simplificada, Joseph Klapper (1978) também defende, em sua *teoria dos efeitos limitados*, que a mídia é mais adequada para reforçar condições existentes do que para mudá-las. Ela seria, geralmente, um agente contributivo no processo de reforço das condições existentes, sendo sua natureza marcada pela corroboração do *establishment*.

Muitas teorias sobre o jornalismo também são unânimes em assumir o caráter de fixação da realidade desempenhado pelas notícias. Seja porque vêem a mídia como um instrumento a serviço das elites capitalistas (*teorias da ação política*, como a de Herman e Chomsky) ou porque analisam os constrangimentos impostos por suas rotinas de produção (*teoria etnoconstrucionista*, de Gaye Tuchman), ressalta-se que as notícias são aliadas de instituições legitimadas.²

Outro conjunto de teorias, agrupadas sob o nome de *media malaise* (NEWTON, 1999) frisa os efeitos danosos que a mídia teria sobre seus receptores, conduzindo-os à apatia, ao cinismo, à perda de confiança nas instituições, à desmobilização, ao não-exercício da cidadania e, conseqüentemente, à falta de ações políticas contestatórias. A mídia seria alienante, por se preocupar apenas em entreter.³ As idéias de Fred Inglis (2001) se aproximam dessa

¹ Não se deseja discutir, aqui, o mérito das análises desses pensadores, o que ultrapassaria o escopo do presente artigo. Reconhecendo a importância fulcral delas não apenas para a comunicação, mas também para a sociologia e para a filosofia, contestamos apenas a simplificação das conseqüências encetadas pelas produções midiáticas. Tudo o que se afirma é que, segundo tais análises, os meios de comunicação sempre corroborariam a cristalização do poder de certas elites.

² Tuchman (1991) afirma que as rotinas, a necessidade de impor ordem no tempo e no espaço e a existência de *mapas culturais* naturalizados levam o jornalismo a reforçar o *establishment* quase involuntariamente. A ligação entre jornalistas e fontes oficiais também agiria nesse sentido.

³ Nesse grupo, Newton (1999) inclui autores como Michael Robinson, Robert Putman, Neil Postman, Thomas Patterson, Lynda Kaid e Christina Holtz-Bacha. A resenha que Jennifer Birks (2005) faz do livro *Media democracy: how the media colonize politics*, de Meyer e Hinchman, também indica a pertença deles ao grupo. Segundo Birks, Meyer quer mostrar na obra o comprometimento da democracia em virtude da morte do debate público. Giovanni Sartori também poderia ser incluído no grupo.

perspectiva, visto defendem que, no estágio do capitalismo em que nos encontramos (que ele chama de *turbo-capitalismo*), há um totalitarismo do consumo individualista, sendo que a mídia participaria de um processo de esvaziamento da vida pública. “Reinventar a cidadania quando o espaço para seu exercício está confinado aos assentos da

Não podemos negligenciar os potenciais de transformação encetados pelo sistema dos media. Suas múltiplas narrativas também abrem processos que podem gerar a alteração de entendimentos e quadros de referência.

audiência em frente da televisão espetacularizada pode simplesmente não ser possível” (INGLIS, 2001, p. 260). Nesse quadro de *desaparecimento da sociedade civil*, o espectro da revolução e da transformação social ter-se-ia esvaído. A tecnologia estaria a serviço de *barões*, escravizando a razão das pessoas (INGLIS, 2001).

É verdade que o *sistema dos media* desempenha um grande papel na manutenção de sentidos cristalizados e, assim, na consolidação da ordem.⁴ Não podemos ser ingênuos e desconsiderar as questões de poder que circundam as produções midiáticas. Como aponta Stuart Hall, a enunciação midiática codifica a realidade, construindo narrativas a partir de certos *mapas culturais*, que “contêm ‘inscritos’ toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse” (2003, p. 396).⁵ Há, obviamente, mapas amplamente aceitos que moldam muitas das formas simbólicas publicizadas pelos

4 É importante ressaltar que percebemos o quão difícil é falar de uma ordem nas sociedades contemporâneas. Compartilhamos das visões de Habermas (1997) e Bohman (1996), para quem as sociedades atuais são complexas e clivadas por vários sistemas e subsistemas, cujos valores e normas podem estar em conflito. Ao falarmos de ordem referimo-nos a *quadros de interpretação* amplamente partilhados e a regras instituídas.

5 Cabe registrar que mesmo em Hall, ainda há uma certa defesa de que a mídia sempre reforça a hegemonia. Em entrevista sobre ensaio *Codificação/Decodificação*, o próprio autor reconhece que pensava a codificação sempre dentro de enquadramentos hegemônicos, reforçando a ordem vigente. Claro está, todavia, que Hall já aponta para a circularidade do processo comunicativo e para o fato de que as instâncias deste, ainda que interdependententes, não têm poder de determinação umas sobre as outras. Os receptores podem ler as *formas-mensagens* de modos *dominantes*, mas também *negociados* e até *oposicionais*.

meios de comunicação. Mas também não podemos negligenciar os potenciais de transformação encetados pelo *sistema dos media*. Suas múltiplas narrativas também abrem processos que podem gerar a alteração de entendimentos e *quadros de referência*⁶, bem como a reformulação de regras e desenhos institucionais.

Antes de discorrermos sobre tais possibilidades, faz-se importante delinear, ainda que muito sucintamente, duas questões: 1) o que entendemos por mídia; e 2) em que consistem os processos de transformação a que nos referimos.

O sistema dos media

Quando falamos de mídia no presente ensaio, referimo-nos, de maneira genérica, a toda forma de discurso mediada por tecnologias da comunicação e da informação para audiências ampliadas. Como afirma Rousiley Maia, “através da mídia – por causa de seus suportes técnicos e de sua materialidade simbólica durável –, proposições, discursos, atos, acontecimentos podem ser tornados públicos” (MAIA, 2004a, p.15). O central é perceber, como o faz Wilson Gomes que, “na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos *mass media*” (1999, p. 204).

Nesse universo, incluem-se desde programas televisivos elaborados por grandes empresas de comunicação até jornais comunitários produzidos por um movimento social.⁷ Assim, como indicam Gomes (1999, p. 222) e Braga (2001, p. 22), a mídia não é monolítica e não pode ser vista como se estivesse a serviço de uma inteligência

⁶ Os quadros de referência são aqui entendidos como conjuntos de valores, ‘ideologias cotidianas’ e sentidos socialmente construídos que orientam a experiência dos sujeitos. Eles são elaborados na vida cotidiana, através das interações sociais e pré-configuram certas maneiras de atribuir significado ao mundo.

⁷ Vale ressaltar que cada tipo de veículo e produção midiática tem suas especificidades. Tais idiosincrasias não podem ser obliteradas, mas essa é uma discussão que fugiria dos propósitos do presente ensaio.

unificadora ou de uma determinada ordem de objetivos. Trata-se de um universo amplo, complexo e diverso, havendo, por exemplo, uma multiplicidade de conteúdos (MAIA, 2004a, p. 15). Independentemente dessas variações, é fundamental perceber, todavia, que o *sistema dos media* desempenha um papel muito relevante no processo de produção e disputa de sentidos compartilháveis (BRAGA, 2001). As produções veiculadas pela mídia se configuram como espaços de disputas simbólicas, dada sua força na constituição de visibilidade e de inteligibilidade. Há de se ter em vista que tais produções instauram relações, que possibilitam a tessitura de *mundos comuns*⁸. Como em todo processo comunicativo, as interações que ocorrem através dos discursos midiáticos não são uma transmissão de conteúdo, mas uma ‘atividade organizante’ conjugada dos atores sociais, pela qual um mundo comum, um ‘espaço público’, um campo prático, um sentido compartilhado de uma realidade comum são continuamente modelados e mantidos como condição e resultado da ação (QUÉRÉ, 1991, p. 2-3)⁹. Parecem-nos apropriadas as visões de Blumler e Gurevitch (2000) e Maia (2005) que propõem que se pense a mídia a partir de um enfoque sistêmico. Com isso, esses autores querem dizer que a mídia é um subsistema social, operando a partir de uma lógica e uma gramática próprias, mas sendo perpassado por uma série de outros sistemas. “As interações estabelecidas com o ambiente circundante, com grupos e instituições de outros subsistemas, não dependem exclusivamente das intenções ou dos interesses dos atores participantes” (MAIA, 2005, p.7). Tal subsistema se insere, pois, em uma complexa trama de relações, sendo que, para entendê-lo, faz-se necessário analisar essa complexa ambiência que o atravessa.¹⁰ Ainda que a mídia seja um sistema com regras e códigos próprios, recortando e ressignificando o mundo a partir de seu *modus operandi*

⁸ Usamos, aqui, o conceito de Hannah Arendt, ainda que ela não trabalhe a mídia nesse sentido, já que a pensa no interior de uma sociedade de massas que representaria o *fim da política autêntica*.

⁹ Importante frisar que esse “mundo comum” não significa que haja sempre consenso.

¹⁰ Nesse artigo, sempre que falarmos de *mídia*, de um modo geral, estaremos nos referindo a esse amplo e complexo subsistema social. O uso da palavra busca apenas facilitar a fluência do texto através da adoção de um termo freqüentemente mobilizado no campo da comunicação.

As produções veiculadas pela mídia se configuram como espaços de disputas simbólicas, dada sua força na constituição de visibilidade e de inteligibilidade.

logo-técnico¹¹, ela é algo essencialmente social, político, cultural e econômico. Concordamos com Castro (1997), para quem a mídia está imersa na vida social, sendo instituída por ela, mas também a instituindo. Ela tece seus textos no bojo das relações sociais e de contextos políticos, ao mesmo tempo em que permite novas configurações de tais relações e contextos.

Na mesma direção, Roger Silverstone defende que a mídia está “no cerne da experiência, no coração de nossa capacidade ou incapacidade de compreender o mundo em que vivemos” (2002, p.9). Os significados materializados nos discursos veiculados por tal sistema estão calcados em uma série de *lugares partilhados*, mobilizando (e atualizando) valores, relações e perspectivas. Fica, pois, patente sua importância: no jogo entre o narrar da mídia e as experiências da vida cotidiana, os indivíduos constroem seus papéis e os mapas através dos quais se lêem e percebem o mundo.

O fundamental é perceber que a mídia produz discursos, os quais não simplesmente representam um real já dado. Assumimos, com Louis Quéré (1991), que a linguagem tem uma *dimensão constitutiva*. Assim, as mediações abertas pelos meios de comunicação não apenas apresentam o mundo, mas participam de sua construção. E, nesse processo, permitem a reconfiguração e ressignificação de indivíduos e grupos, a circulação de argumentos críticos, o fomento a debates extra-midiáticos, o confronto de razões e o escrutínio de autoridades, apenas para citar alguns exemplos.

¹¹ Cf. GOMES (2004), CASTRO (1997), RODRIGUES (1994).

Inovações institucionais e culturais a partir da esfera pública

Quando nos propomos a pensar as transformações da realidade, temos em vista os conceitos de *inovação cultural* e *institucional* discutidos por James Bohman (1996). Esses conceitos estão assentados sobre dois pressupostos: a) a visão da realidade como uma construção social; b) a percepção de que as trocas argumentativas desempenham um papel importante na cristalização e/ou desconstrução de sentidos sobre o real.

Grande parte do debate envolvendo diferentes perspectivas sobre a realidade ocorre na *esfera pública*. Segundo Habermas (1997), esta é uma esfera argumentativa, na qual sujeitos expressam suas opiniões de forma racional e aberta, buscando construir o *bem comum*. Do permanente embate entre argumentos, em que os interlocutores apresentam e justificam seus pontos de vista, surge a opinião pública e o esclarecimento recíproco dos cidadãos. Concretizada por meio de uma série de arenas discursivas *tópicas* e *porosas*, a esfera pública constitui uma rede que tem fundamental importância na produção de definições compartilhadas sobre a vida social (HABERMAS, 1997).

Essa rede se atualiza na mobilização da *ação comunicativa*: uma forma discursiva de interação reciprocamente referenciada e voltada para o esclarecimento mútuo (HABERMAS, 1987). Através de tal tipo de ação, expressam-se *pretensões de validade criticáveis* que permitem a construção intersubjetiva da realidade¹². Isso ocorre em

¹² A noção de *pretensões de validade* alicerça a idéia habermasiana da *racionalidade comunicativa*. Para o autor, a mobilização dessa racionalidade ocorre na formulação de proferimentos, os quais dialogam com as dimensões *objetiva*, *social* e *subjetiva* do mundo. Recorrendo às idéias de Bühler e Austin, Habermas lembra que “enunciados utilizados de modo comunicativo servem simultaneamente para expressar intenções (ou experiências) de um falante, para representar estados de coisas (ou algo que aparece no mundo) e para contrair relações com um destinatário” (1990, p. 78). Nessa tríplice relação, os proferimentos envolvem, além de uma sempre presente pretensão de *compreensibilidade*, pretensões de *verdade proposicional*, de *correção normativa* e de *veracidade subjetiva*, podendo privilegiar uma dessas três instâncias. Quando alguém contesta uma pretensão de validade, pode questioná-la a partir de qualquer uma dessas dimensões. Cf. HABERMAS (1987, p. 120-121).

um processo dialógico público, no qual as definições do mundo que nos circunda são permanentemente reafirmadas ou transformadas. Nesse processo, mostra-se de relevância fulcral a idéia de *deliberação*. Entendemos por *deliberação* um processo *cooperativo* de argumentação, em que sujeitos apresentam e reformulam suas posições à luz dos constrangimentos impostos pela *publicidade* (BOHMAN, 1996). Trata-se de uma ação partilhada, que surge no diálogo intersubjetivo em que um ator social leva em consideração os proferimentos apresentados pelo outro e re-articula suas posições originais. Nota-se, assim a centralidade da noção de *reciprocidade* para sua realização (GUTMANN; THOMPSON, 2003), o que não significa a extirpação do conflito ou de *desacordos razoáveis*. O central é que os argumentos sejam explicados e justificados diante dos outros, de modo que possam ser intersubjetivamente reconhecidos (CHAMBERS, 1996). Embora tal processo busque algum tipo de consenso, este não é imperativo. Mesmo porque, se se chegam a acordos, eles são sempre revisáveis.

Em nossa acepção, a deliberação também é marcada por uma distensão temporal, concretizando-se no embate entre discursos que se tornam disponíveis na esfera pública (DRYZEK, 2004). Ela pode ocorrer desde as instâncias mais cotidianas até as esferas mais formais de decisão, geralmente perpassando diversos âmbitos de interação. Não pode ser restringida,

Percebendo a mídia como um espaço ampliado de visibilidade, como locus de mediação através do qual significados são construídos e como possibilidade de fomento e realização de trocas argumentativas, entendemos que ela não apenas corrobora a ordem instituída.

assim, a uma simples conversa ou a um diálogo, no sentido original da palavra, atualizando-se por meio de fluxos discursivos dispersos que se intersectam.

Dentre os benefícios da deliberação, vale citar seu potencial para o enriquecimento das posições originalmente sustentadas (BENHABIB, 1996), fomentando a gestação

de um *poder comunicativo*, que tem a capacidade não apenas de encetar novas formas de entender o mundo, mas também de influenciar sua instituição formal (HABERMAS, 1997). Fomenta também a integração social, visto que, se os sujeitos notam que seus proferimentos são considerados e que, de alguma forma, participam de processos em que decisões são tomadas, tendem a seguir *co-operando*.

É dentro desse panorama conceitual que podemos entender as idéias de *inovação cultural e institucional*. Bohman (1996) defende que o potencial para a inovação nasce de maneira descentralizada a partir de problemas e necessidades dos cidadãos em suas vidas cotidianas. “Através de comunicação na esfera pública generalizada, atores críticos tentam atingir um efeito particular: ‘iniciar um processo de auto-reflexão’” (1996, p. 206). Nesse processo, os atores que desejam mudanças incitam, argumentativamente, outros atores a pensarem sobre si mesmos, sobre as regras que regulam suas interações e sobre a sociedade em que vivem. Eles buscam tornar visíveis certos argumentos que modificam os contextos nos quais sentidos são produzidos, abrindo espaço para novas possibilidades de interpretação e ação. Eles buscam criar um contexto em que novos valores e instituições sejam vistos como possíveis e relevantes. No processo de troca pública de argumentos, novos padrões de significação e possibilidades de ver, dizer e pensar podem ser produzidos. A realidade pode se tornar fluida através de diálogos deliberativos, quando atores tentam corrigir as falhas de interação. Em certos momentos, por exemplo, pode se instaurar o que Habermas chama de *comunicação de segunda ordem*: uma comunicação sobre a própria interação em que se revêem as bases dos argumentos e se procura “reconstruir as pressuposições da comunicação” (MAIA, 2004, p. 35). Nesse exercício, aspectos da realidade podem ser alterados.

É dentro desse viés que se busca, aqui, pensar a relação entre o *sistema dos media* e inovações.¹³ Percebendo a mídia como um espa-

¹³ Vale destacar que a sociedade pode ser transformada por várias outras maneiras: de catástrofes naturais até crises econômicas. Há também momentos de forte experiência estética que podem reformular significados. Estamos interessados, todavia, nos processos em que as inovações são racional e intersubjetivamente produzidas.

ço ampliado de visibilidade, como *locus* de mediação através do qual significados são construídos e como possibilidade de fomento e realização de trocas argumentativas, entendemos que ela não apenas corrobora a ordem instituída. Como propõem Newton (1999), Blumler e Gurevitch (2000) e Stanyer (2003) e Dahlgren (2004), o sistema midiático deve ser pensado de maneira mais ambígua. Ainda que, por meio dele, cristalizem-se significados e instituições, ele também possibilita a contestação desses e a criação de outras ordens possíveis.

Diversas atuações da mídia nos processos de inovação

Há várias formas através das quais produções midiáticas impulsionam práticas inovadoras, mesmo porque, como já discutido, estas são muito diversificadas. O *sistema dos media* disponibiliza vários tipos de informação, coloca sujeitos em relação e participa dos próprios processos em que os sujeitos constroem seus entendimentos sobre o mundo e sobre si mesmos. Assim, suas narrativas podem engendrar situações em que a sociedade e as regras são repensadas e alternativas a elas são, coletivamente, elaboradas.

Devemos tomar o cuidado apontado por Wilson Gomes de não tentar explicar tudo pela mídia. O autor caracteriza como *hipermediáticos* aqueles que identificam na *comunicação de massa* a característica central de qualquer fenômeno contemporâneo (GOMES, 2004). Mas também não podemos perder de vista que esta inaugura novas formas de sociabilidade, trocas argumentativas e jeitos de fazer política. Como indica Pippa Norris (2000), há um complexo padrão de interações, e não causalidades lineares, marcando as relações entre mídia e política.

É importante discutir, antes de mais, a relação entre mídia e esfera pública. Ao abordar essa questão, Gomes (1999) percebe que a concepção habermasiana de esfera pública contém duas dimensões: 1) ela é um âmbito de *visibilidade*, uma dimensão da vida social que é acessível; e 2) é também um âmbito de *trocias argumentativas*: “não se expõe para provocar um mero conhecimento comum [...], mas para que concernidos pela matéria em

discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes” (1999, p. 214).

O *sistema dos média* instaura, claramente, um espaço privilegiado de visibilidade na contemporaneidade. Através dele, grupos sociais se apresentam, histórias são contadas, e visões de mundo ganham circulação. Mas será que ele também atende à dimensão argumentativa da esfera pública? Não se pode tomar tal sistema como *A esfera pública*. Muito dele não tem nada a ver com trocas argumentativas racionais e abertas, e há muitos foros de debate que não passam pela mídia. Todavia, acreditamos, na trilha de Gomes, que “a extinção da argumentação não é da natureza dos *mídia* e além disso vemos argumentação acontecendo dentro e fora da cena midiática” (1999, p. 212).

É nesse sentido que destacamos a importância dos *mídia* nos processos políticos em que a sociedade racional e coletivamente se transforma. Para detalhar a forma como isso se dá, gostaríamos de discutir cinco categorias: 1) Meio de expressão; 2) Pré-estruturação da esfera pública; 3) Fórum de debates; 4) Instauração de processos de *accountability*; 5) Forma de mediação na tessitura de identidades.¹⁴ Trata-se de categorias analíticas, que têm uma função mais explicativa do que classificatória. Assim, elas não são um apanhado exaustivo e nem se excluem reciprocamente.

I. Meio de expressão

O *sistema dos média* pode ter um papel importante na transformação da realidade, ao possibilitar que certos atores se expressem. Isso porque as narrativas que por ele circulam oferecem, no dizer de Hall (2003), *mapas de sentido* através dos quais o mundo é lido. A linguagem nunca é transparente e sempre traz uma série de visões da realidade. Ainda que os textos midiáticos possam ser lidos

¹⁴ Importante mencionar que a formulação dessas categorias deve muito ao trabalho de Pippa Norris (2000), que apresenta três funções políticas da mídia: *Fórum Cívico para Debate Pluralista*, *Cão de Guarda* e *Agente de Mobilização para Participação Política*. Deve também ao artigo de Rousiley Maya (2004), sobretudo no que se refere à pré-estruturação da esfera pública e à produção de debates dentro da mídia.

de diversas maneiras, eles indicam caminhos, os quais têm um peso que não pode ser negligenciado. Suas falas constroem as possibilidades de interpretação dos receptores, já que os *interpelam* de certas maneiras.

Como já dito, acreditamos que a linguagem não apenas representa um real já dado, mas participa de sua construção. Através da produção discursiva, práticas sociais podem ser naturalizadas e reforçadas, mas também descortinadas e substituídas. É por isso que diversos atores buscam expressar seus *enquadramentos* acerca de certas questões na mídia. Nela, atores críticos podem sugerir novos mapeamentos de mundo (MCADAM, 1996; KLANDERMANS; GOSLINGA, 1996).

Observa-se, todavia, que o acesso ao *sistema dos media* não é um recurso distribuído equanimemente entre os atores sociais. Ainda que, como apontam Blumler e Gurevitch (2000), autoridades institucionais e governamentais (as *fontes oficiais*) venham perdendo espaço com a proliferação e segmentação dos meios de comunicação, não se pode perder de vista que eles ainda têm mais facilidade de acesso a ela. Isso porque os meios de comunicação estão mergulhados na sociedade, e suas narrativas trazem as marcas de diversas desigualdades socialmente tecidas. Há assimetrias não só de acesso aos âmbitos de expressão e debate, mas também de habilidade para fazer uso efetivo das oportunidades de fala (BOHMAN, 1996).

A linguagem não apenas representa um real já dado, mas participa de sua construção. Através da produção discursiva, práticas sociais podem ser naturalizadas e reforçadas, mas também descortinadas e substituídas.

Claro está que o simples ato de falar em público não garante aos atores críticos as mudanças a que aspiram. Não se pode, contudo, negligenciar a relevância da expressão na abertura de certos caminhos que levam à inovação. Defendemos, com Maia, que tais atores, “embora sofrendo diversas restrições de acesso à mídia, podem ser capazes de interferir na composição do quadro de visibilidade midiática e no

intercâmbio de razões feito em público” (2004a, p. 23). Para romper a assimetria, tais atores seguem certas estratégias.

Destaca-se, em primeiro lugar, a importância do associativismo. Ao tecer uma identidade coletiva, sujeitos canalizam esforços e recursos no intuito de expressar seus pontos de vista. Isso facilita a realização de ações relevantes (e chamativas) para buscar espaço na mídia, o que é fundamental, visto que “a constituição de um acontecimento ou de uma questão [...] em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão” (TRAQUINA, 2001, p. 22). Essa busca se dá no ato de *fazer notícia*: produção de acontecimentos com *noticiabilidade*, para chamar a atenção dos jornalistas e ganhar focos de visibilidade.¹⁵ Tais atores possuem, muitas vezes, um acesso *disruptivo* à mídia, já que têm que perturbar a ordem social de algum modo. Passeatas, greves ou ‘paradas’ são bons exemplos disso.¹⁶ Assis (2005) mostra que há cursos e manuais de ativismo, visando a seduzir os comunicadores profissionais.

Quando a obtenção de espaço na mídia convencional se faz difícil, os atores podem, ainda, criar seus próprios meios de comunicação. Segundo Blumler e Gurevitch (2000), no quadro atual de diversificação de públicos e veículos, isso se faz cada vez mais freqüente. Para Bohman, esse processo ajuda na consolidação não só de diferentes públicos, mas também da democracia, já que a multiplicação de vias não-mercado-lógicas de comunicação tende a levar à construção de uma esfera pública vibrante.

Na mesma linha, autores como Thompson (1998) e Curran (2000) frisam que a existência apenas da mídia convencional, orientada pela lógica do mercado, não dá conta de garantir o pluralismo e a

¹⁵ Cf. BLUMLER e GUREVITCH, (2000), McADAM (1996), KLANDERMANS e GOSLINGA (1996), MAIA (2004).

¹⁶ Em instigante ensaio sobre o Movimento Americano pelos Direitos Civis, McAdam (1996) discute o jogo político em que um ator coletivo busca construir *enquadramentos* que potencializem seu trabalho, ao mesmo tempo em que desestabilizem os adversários. Ao abordar as relações entre o movimento e a mídia, ele aponta como várias ações daquele foram pensadas em função desta. Isso ajuda a explicar a grande cobertura recebida pelas atividades do movimento e parte de seu sucesso em disponibilizar novos *mapas* da realidade. Klandermans e Goslinga (1996) percebem o mesmo processo em um amplo debate travado na Holanda sobre a pertinência de um seguro pago pelo Estado a pessoas incapacitadas de trabalhar. Os autores exploram a forma como os sindicatos criaram estratégias para lidar com a mídia e planejaram suas ações de acordo com seus ritmos.

diversidade.¹⁷ A multiplicidade de formas de mídia seria essencial para a permanente transformação da sociedade, já que veículos comunitários têm um papel fulcral na sugestão de novos enquadramentos. Eles podem abrir brechas para que sujeitos ansiosos por mudar o mundo busquem romper o limiar mínimo da participação nos processos deliberativos: capacitam-nos a tematizar questões na esfera pública.¹⁸ Tematização esta que deve permitir a tradução das questões para o público em geral.

O que se afirma, em suma, é que a expressão de atores críticos em produtos midiáticos (convencionais ou comunitários) pode ser um importante modo de descortinamento de *outros mundos possíveis*: outros valores, outros desenhos institucionais, outros enquadramentos. Afirma-se, ainda, que cada vez mais esses atores têm conseguido visibilidade na mídia, o que é fruto de ações estratégicas e da pluralização de meios.

2. Pré-estruturação da esfera pública

Essa segunda categoria pode ser simplificada da seguinte forma: a mídia fornece insumos para debates e trocas argumentativas que ocorrerão fora do palco midiático. O central é perceber que, “nas comunicações sociais hodiernas, o aparato midiático geral [...] tem uma importância primordial entre outras interações extramediáticas” (BRAGA, 2001, p. 23). Como propõe Maia, a mídia “contribui para a promoção de um diálogo público generalizado e para a criação de uma base reflexiva para a deliberação pública nas sociedades complexas” (MAIA, 2004a, p. 12).

¹⁷ Thompson defende a implantação de um *princípio do pluralismo regulado*, “uma estrutura institucional que abriga e garante a existência de uma pluralidade de independentes organizações da mídia” (THOMPSON, 1998, p. 209). O princípio demanda uma legislação restritiva que impeça a crescente concentração de organizações da mídia. Curran também propõe um sistema, em que uma diversidade de veículos seria capaz de atender a públicos e necessidades sociais diferentes. Voltado para o *interesse público*, esse sistema teria um *setor setor cívico*, um *privado*, um *do mercado social* e, finalmente, um controlado por *profissionais da área de comunicação*.

¹⁸ Cabe destacar que tais veículos são relevantes não apenas porque podem gerar a pluralização da esfera pública, mas também por encetar a consolidação de identidades coletivas e o estabelecimento de relações.

Ao conferir visibilidade a um acontecimento, os produtos midiáticos acabam por ‘fabricá-lo’ através de uma série de seleções técnicas, sintáticas e semânticas. Entretanto, a partir do momento em que esse acontecimento é publicizado, ele sai do controle dos meios e pode ser discutido por atores sociais. A “esfera de visibilidade pública *disponibiliza*, ainda que na maior parte das vezes não produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam a instalação de debates públicos” (GOMES, 1999, p. 215).

Além dessa relevância em processos de tematização ampliada, as informações tornadas acessíveis pela mídia podem enriquecer o conhecimento dos atores que participarão dos debates extramidiáticos. Poder-se-ia contra-argumentar que essa função é praticamente ínfima, dado que a mídia contemporânea não dedica seus valiosos tempo e espaço a questões ‘políticas’, dando visibilidade apenas a entretenimento e assuntos sem grande relevância.

Diversos autores mostram, todavia, que os cidadãos efetivamente aprendem com a mídia e que tal aprendizado é fundamental para o desempenho de ações políticas. Newton (1999) frisa o papel de jornais na formação de cidadãos mais bem informados. Curran (2000) e Blumler e Gurevitch (2000) discutem a ampliação do conceito de política e sua imersão na vida social, destacando que até mesmo a mídia de entretenimento tem um papel político.¹⁹ Norris (2000) também trabalha essa questão, ressaltando que a mídia não precisa fornecer um conhecimento cívico enciclopédico para ser politicamente relevante. O que os sujeitos precisam “para cidadania efetiva, e, portanto, o que a mídia noticiosa deveria oferecer, é um conhecimento prático sobre as prováveis conseqüências de suas ações políticas” (NORRIS, 2000, p. 30). Trata-se de um conhecimento contextual, já que diversos tipos de informação podem ajudar o cidadão em diferentes situações.

A apropriação dos temas e das informações publicizados pelos meios de comunicação, passa pelos fóruns comunicativos em que se sus-

¹⁹ Nesse sentido, Ângela Marques (2003) mostra, empiricamente, como telenovelas podem fornecer insumos políticos para discussões.

tentam e se transformam *mundos da vida*. Habermas (1987) usa o conceito de *mundo da vida* (*Lebenswelt*) para abordar as teias tácitas e intersubjetivas de significação que não apenas envolvem os sujeitos, mas também são, paulatina e cotidianamente, reconfiguradas por eles.²⁰ Frequentemente, o *mundo da vida* aparece de maneira naturalizada: um mundo dado por certo. Ele pode, todavia, ser reformulado o tempo todo através das interações ordinárias dos sujeitos. Uma tarefa difícil, mas possível: “É preciso um terremoto para nos tornar conscientes de que olhávamos o solo sob o qual nos púnhamos de pé como inamovível” (HABERMAS, 1987, p. 400). Produções midiáticas podem atuar como esses tremores de terras, demonstrando a contingência de certas pressuposições. A partir daí, os sujeitos podem iniciar, através de interações cotidianas, processos em que reconfiguram valores, sendo que as trocas deliberativas adquirem relevância fulcral.

É importante ressaltar que Habermas não propõe um olhar exclusivamente micro-sociológico sobre a vida social e as práticas de configuração de sentidos. Ele também ressalta a pertinência de instituições formais (dentre as variáveis estruturais e funcionais), demonstrando que as sociedades hodiernas podem ser vistas como sistemas complexos, formados por uma diversidade de sub-sistemas interdependentes, que se cruzam e se tocam através de interfaces múltiplas e dinâmicas. A grande proposta de Habermas é não ver as dimensões micro e macro como dicotômicas. Essas não são duas ‘realidades’, já que *sistema* e *mundo da vida* se imbricam na construção de um mesmo tecido social.²¹

²⁰ Amplamente explorado pela fenomenologia, sobretudo por Schütz, o conceito de *mundo da vida* ressalta que os sujeitos não agem de uma forma completamente individualizada em suas práticas cotidianas, já que há sentidos tácitos a moldar-lhes. De acordo com Habermas (1987), o *Lebenswelt* é composto por três dimensões, as quais proporcionam as bases para o entendimento compartilhado do mundo e para sua reprodução simbólica: a) cultura (estoque de conhecimento e mapas de significação que abastecem interpretações dos sujeitos); b) sociedade (ordens legitimadas que regulam afiliações); e c) estrutura pessoal (biografia e experiência do indivíduo).

²¹ Habermas (1987) trabalha com diversas teorias micro-sociológicas (fenomenologia, etnometodologia, interacionismo, dramaturgia, hermenêutica, pragmática) e macrosociológicas (teoria dos sistemas, neo-marxismo, funcionalismo) para evidenciar que, através da tensão entre indivíduos e estruturas, integrações sistêmicas e comunicativas são construídas, mas também contestadas.

Essas idéias, apresentadas em *Theory of Communicative Action*, são mais bem desenvolvidas em trabalhos ulteriores. Em *Direito e Democracia*, Habermas aprimora a visão do imbricamento entre os âmbitos micro e macro, ao discutir um modelo de *circulação de poder*. Essa é uma questão central para pensarmos como os debates realizados pelos sujeitos em suas vidas cotidianas podem não apenas transformar pressuposições enraizadas, mas também regras e desenhos institucionais.

Habermas (1997) critica a idéia de que o sistema político poderia prescindir do poder comunicativo, fechando-se num círculo de auto-referência e auto-legitimação.²² Ele destaca que “a formação institucionalizada da opinião e da vontade precisa abastecer-se nos contextos comunicacionais informais da esfera pública, nas associações e na esfera privada [...] porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida” (1997, p. 84). Assim, propõe um modelo em torno do eixo centro-periferia.²³

Tanto o centro como a periferia do sistema político podem fazer emergir modificações. A forma mais rotineira de resolver problemas e tomar decisões emana do núcleo, o qual já segue certos padrões estabelecidos. No entanto, em tempos de crise, tais padrões podem ser colocados em suspenso, e as rotinas se vêem “abertas a impulsos renovadores oriundos da periferia” (HABERMAS, 1997, p. 89). Mais aptas a captar os problemas vivenciados pelos sujeitos no dia-a-dia, as arenas mais externas podem colocar em xeque certas regras e iniciar fluxos comunicativos capazes de pressionar os centros do sistema no sentido da transformação. Tais fluxos pas-

²² Ele defende que os sistemas (e, notadamente, o sistema político) não são autopoieticos, mas se constroem e se legitimam a partir de relações com outros sistemas e com o próprio *mundo da vida*, no qual estão ancorados. Negligenciar esse aspecto é enfraquecer a capacidade de integração das sociedades, já que “sistemas autopoieticamente fechados não compartilham mais um mundo comum” (HABERMAS, 1997, p. 78).

²³ O *núcleo* do sistema político é o centro das decisões políticas, sendo formado pela administração, pelo judiciário e instituições de formação democrática da vontade. Em seu interior, há uma *periferia interna* “que abrange instituições variadas, dotadas de tipos diferentes de direitos de auto-administração ou de funções estatais delegadas, de controle ou de soberania (universidades, [...] fundações etc.)” (1997, p. 87). Há, ainda, uma *periferia exterior*, composta, sobretudo, por associações voluntárias especializadas em exercer influência pública. Finalmente, tem-se uma *periferia real*: a mais informal e diferenciada de todas.

Os sujeitos podem se apropriar de temas e questões tornados acessíveis pela mídia e relacioná-los às suas vidas ordinárias. Eles podem instaurar processos em que sentidos compartilhados são contestados e outros são sugeridos.

sam por sucessivas *comportas*, defendendo-se publicamente. Assim, “a pressão da opinião pública consegue forçar um modo extraordinário de elaboração de problemas, que favorece a regulação da circulação do poder” (1997, p. 89).

É dentro desse quadro conceitual que se pode entender o papel da mídia na pré-estruturação da esfera pública, bem como a relevância desse processo para a produção de *inovações*. O “material da mídia fomenta, num processo circular, a esfera pública política, enquanto *locus da argumentação*” (MAIA, 2004a, p. 17). Ao dar ampla visibilidade a certas questões e informações, tal material pode iniciar ou aquecer debates públicos e criar circunstâncias para que a sociedade se re-pense e se transforme.

Os sujeitos podem se apropriar de temas e questões tornados acessíveis pela mídia e relacioná-los às suas vidas ordinárias. Eles podem instaurar — através do uso de discursos defendidos por razões e marcados pela não-coerção e pela reciprocidade — processos em que sentidos compartilhados são contestados e outros são sugeridos. À medida que tais fluxos comunicativos ganham força e se disseminam, podem alterar padrões normalizados de funcionamento de instituições e leis, já que essas estão ancoradas no *mundo da vida*.

3. Fórum de debates

Se os meios de comunicação fomentam debates extra-midiáticos, não se pode perder de vista que várias trocas argumentativas são travadas na própria cena de visibilidade ampliada. Na profusão de falas publicizadas pela mídia, muitos argumentos se cruzam, reconfiguram-se e demandam reformulações recíprocas. Esse grande palco coloca atores em relação, ao garantir acessibilidade a suas falas. Segundo Gomes, a dificuldade em ver que a mídia pode atu-

ar como *esfera pública* vem da sobrecarga do conceito com características dispensáveis como contigüidade ou contemporaneidade (1999, p. 219).

Ao discutir os tipos de fóruns em que a esfera pública se concretiza, Habermas destaca a importância da mídia, na qual ele vê uma possibilidade de *esfera pública abstrata*. Para ele,

A mídia de massa pertence a essas formas generalizadas de comunicação. Elas libertam os processos comunicativos do provincianismo de contextos espaço-temporalmente restritos e permite a emergência de esferas públicas ao estabelecer a simultaneidade abstrata de uma virtualmente presente rede de conteúdos comunicativos afastados no tempo e no espaço, e ao manter mensagens disponíveis para vários contextos. (HABERMAS, 1987, p. 390)

Pippa Norris (2000) deixa clara essa atuação dos meios de comunicação, ao defender que eles atuam conectando atores sociais. Esse processo se dá tanto no interior de programas de debates, em que atores são colocados em situação de face a face, quanto em processos mais amplos, em que o palco é composto por fragmentos dispersos por diferentes veículos ou dias. Muitas vezes, as discussões midiáticas não se encerram em uma emissão ou matéria, mas se desdobram em processos através dos quais os interlocutores negociam suas posições, modificando-as ou corrigindo-as em um processo dialógico (GOMES, 1999, p. 221).

Outra possibilidade ocorre quando os receptores dos meios de comunicação reconstituem, no ato de interpretação, debates que não estavam postos de antemão. Eles podem recompor falas dispersas em debates coerentes, já que “sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro” (HABERMAS, 1997, p. 107).²⁴ Debate esse que, como já mencionado, “pode ser ‘destacado’ do denso ambiente informativo e passar a alimentar diferentes discussões politicamente relevantes” (MAIA, 2004a, p. 17).

²⁴ Claro está que essa não chega a ser uma situação clara de deliberação em que os interlocutores se sentem compelidos a adaptar seus argumentos ante os outros, mas também há debate.

O central é perceber que a mídia promove discussões generalizadas, através das quais novos entendimentos da realidade podem ser coletivamente produzidos. Isso porque ela é, em certa medida, uma instância privilegiada não só de visibilidade, mas também de *publicidade* em um sentido mais rigoroso, que ultrapassa o colocar em cena.²⁵ A mídia garante, por diversas vezes, um palco ampliado em que interlocutores podem se deparar com os discursos uns dos outros e reformular seus próprios proferimentos de forma a serem publicamente defensáveis. Ela não apenas dá visibilidade, mas também “constrange os interlocutores a seguirem certas regras pragmáticas de *trocias dialógicas em público, diante de uma platéia ampliada*” (MAIA, 2004b, p. 02). Se esse jogo de ‘idas e vindas’ for aberto e inclusivo, pode haver um *ganho epistêmico* dos argumentos, e novas soluções para situações problemáticas podem ser intersubjetivamente elaboradas.²⁶

O potencial inovador da mídia se vê ainda mais intensificado pelo fato de ela fazer uso, em geral, de uma linguagem acessível aos mais variados grupos sociais. Dessa forma, ela facilita não só um entendimento amplo, mas também processos de ‘tradução’ entre códigos de diversos sub-sistemas, bem como entre esses e a vida cotidiana. Através da mídia, conhecimentos podem ser ‘traduzidos’ e distribuídos, possibilitando trocas que complexificam os acordos deliberativos.

4. Instauração de processos de *accountability*

Um tipo específico de debate que pode ocorrer na (ou ser potencializada pela) mídia refere-se aos processos de *accountability*, em que um ator chama outros a prestarem contas publicamente sobre suas ações e/ou proferimentos. Richard Mulgan (2000) atribui ao conceito de *accountability* três características básicas: 1) é externo (um ator tem que prestar contas a um *outro* ator); 2) é um

²⁵ Segundo Bohman (1996), nessa acepção, a publicidade *cria um espaço para a deliberação, governa o processo de troca argumentativa e fornece um padrão para julgar os acordos atingidos.*

²⁶ Cf. GUTMANN e THOMPSON (2003), BOHMAN (1996) e BENHABIB (1996).

processo de interação social (ambos os envolvidos têm que se engajar no ato de demandar e fornecer explicações); 3) implica direitos de autoridade (possibilidade de imputar sanções sobre aquele que se chama a prestar contas).

Andrew Arato (2002) trabalha a importância da noção de *accountability* para que se possa conceber a existência de *soberania popular* em formas de democracia representativa. Para ele, tal noção se efetiva “na capacidade dos eleitores, individuais ou grupais, de exigir que os representantes expliquem o que fazem (respondam por, sejam responsabilizados, sejam punidos ou mesmo recompensados pelo que fazem)” (ARATO, 2002, p. 91). Trata-se de uma avaliação retrospectiva, sendo que, em geral, a sanção imputada pelo *povo* vem nas eleições. De acordo com o autor, a concretização da *accountability* requer trocas deliberativas na *esfera pública*.

Essa também é a posição defendida por Maia, que afirma que, no “contexto do Estado Democrático, o processo central da *accountability* se dá entre os cidadãos e os ocupantes dos cargos públicos, dentre e entre as fileiras hierárquicas dos representantes oficiais, entre os políticos eleitos e os representantes das instituições burocráticas” (2004b, p. 3-4). O essencial é que alguns interlocutores convoquem outros a dar satisfações sobre suas condutas publicamente. Atuando como palco de grande visibilidade, a mídia pode gerar situações em que atores se convocam mutuamente a prestar contas diante de uma platéia ampliada. Tais processos podem encetar sanções de duas maneiras: 1) desdobrando-se em processos formais de *accountability* fora da cena midiática; 2) gerando punições simbólicas (WAISBORD, 2000; THOMPSON, 1998).

Ainda que a prestação de contas não signifique a transformação social, essa prática pode participar de processos de inovação à medida que demonstra as contradições de certos procedimentos.²⁷ Isso ocorre quando ela possibilita a explicitação da tensão permanente que existe entre a *facticidade* e a *normatividade* (HABERMAS, 1997).

²⁷ Interessante assinalar que, no Brasil, o simples *prestar contas* ganha ares inovadores se se atenta para as tensões e contradições que marcam a sociedade em seu período de transição pós-autoritarismo. Para análises das ambivalências que marcam tais regimes, ver EKECRANTZ, MAIA e CASTRO (2003) e AVRITZER (2002).

Para Habermas, esses dois conceitos não se referem a uma dicotomia entre real e ideal, já que o “conteúdo normativo [...] está inserido parcialmente na facticidade social dos próprios processos políticos observáveis” (1997, p. 9). A mídia mobiliza preceitos normativos e os compara às situações concretas, já que só se pode reclamar do existente à luz de um horizonte normativo.

Os cidadãos têm certas expectativas com relação ao funcionamento de sistemas e de suas instituições. A mídia pode mostrar diversas situações que contradizem tais expectativas, suscitando processos (intra e extra-midiáticos) de requisitar e dar satisfações. Estes podem se desdobrar em processos de *accountability* (com punições formais ou simbólicas). Assim, desenhos institucionais podem ser reorganizados de forma a dificultar que tais expectativas sejam novamente rompidas. Além disso, as próprias expectativas também podem ser revistas e reordenadas no desenrolar dos processos de *accountability*.

Norris (2000) discute esse papel de *vigilância* da mídia, percebendo que repórteres buscam descobrir práticas de corrupção, escândalo e falhas, desafiando autoridades e, assim, guardando o interesse público. Claro que há interesses que os levam a esconder certas ações que seriam inaceitáveis, mas a diversidade de veículos, o fato de não haver uma lógica ordenadora por trás deles e a existência de atores a quem interessa que certos segredos venham a público ga-

rantem uma vigilância até certo ponto eficiente.

Se a mídia oferece todas essas possibilidades, configurando-se como um importante ator em processos através dos quais a sociedade se repensa e se transforma, não se pode perder de vista que, muitas vezes, ela também deveria ser chamada a prestar contas.

Em uma vasta análise sobre o jornalismo investigativo na América Latina, Waisbord defende que a imprensa tem um papel central na tarefa de manter instituições mais abertas e *accountable* (2000, p. 209). Ele mostra que há um ceticismo generalizado com relação a essa capacidade da mídia, mas sinaliza, que, a longo prazo, ela

tem esse poder. Ainda que, muitas vezes, não gere processos imediatos de reforma, a *vigilância* faz com que a imprensa catalise processos em que ilegalidades secretas se transformem em questões públicas (2000, p. 216).

As sanções geradas pela *accountability* midiática são tão palpáveis que a rele possibilidade de instauração de processos de prestação de contas modifica o modo de fazer política. Como explica Wilson Gomes (2004), grande parte das atividades da esfera política é marcada pelas competições de forças entre atores do núcleo do sistema político, os quais se utilizam de diversos acordos, barganhas, retaliações e concessões. Em tempos de *eleição permanente*, em que a conquista do eleitorado tem que se dar o tempo todo, o fluxo contínuo e multidirecional de informação gerado pela mídia ajuda a constranger os atores políticos. Assim, não há como não considerar o risco de exposição negativa (GOMES, 2004). A vigilância dificulta a realização de ações impopulares ou de negociações publicamente inaceitáveis.²⁸

Se a mídia oferece todas essas possibilidades, configurando-se como um importante ator em processos através dos quais a sociedade se repensa e se transforma, não se pode perder de vista que, muitas vezes, ela também deveria ser chamada a prestar contas. Em algumas situações, ela é obstáculo para processos de debate ou decide realizar funções que não são as suas (como julgar e condenar sujeitos). É assim que Bohman (2000), Waisbord (2000), Curran (2000) e Maia (2004b) apresentam a necessidade de que se criem mecanismos para tornar a mídia mais *accountable*.

5. Forma de mediação na tessitura de identidades

Até agora, discutimos como a mídia é um importante mecanismo de produção e fomentação de relações entre sujeitos. Abordamos o

²⁸ Do mesmo modo, processos inovadores que surjam na sociedade civil e se fortifiquem através de amplos fluxos comunicativos dificilmente serão barrados por acordos e barganhas secretos, já que esses teriam um efeito devastador para aqueles que os realizaram (GOMES, 2004). O centro do sistema político não é autopoiético e não pode se distanciar dos fluxos comunicativos iniciados pelos cidadãos em suas vidas cotidianas.

peso que seus enquadramentos têm na produção de sentidos partilhados e o potencial inovador por ela aberto ao promover trocas deliberativas. Há de se citar, por fim e sucintamente, que a mídia também participa da própria construção identitária dos sujeitos, ao interpelá-los com discursos.

Entendemos que a identidade é uma construção permanente e relacional, a qual se efetua pela inserção dos sujeitos na sociedade. O indivíduo não tem uma essência, nem é centrado e unificado. Imerso no social, ele se constitui intersubjetivamente em suas relações ordinárias, nas quais traça identificações e marca diferenças. As pessoas configuram e modificam suas identidades em práticas comunicativas socialmente inscritas, mesmo porque essas “identidades só adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 08).

É preciso atentar para a relação dual entre subjetividade e estruturas culturais. A subjetividade é um atributo individual, mas o homem a vive em um “contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2000, p. 55). A inserção do homem na cultura cria uma intersubjetividade, a qual é a projeção de subjetividades cruzadas, que volta e ‘re-in-forma’ essas mesmas subjetividades. Há, aí, um movimento de mão dupla. A linguagem possibilita a mediação entre esses dois âmbitos. De acordo com Berger e Luckmann (1985), ela ordena a teia de relações do indivíduo, marcando as coordenadas de sua vida social e dotando seu mundo de significação. Assim, o universo simbólico também oferece “ordem para a apreensão subjetiva da experiência biográfica” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 134). É nesse sentido que Hall resgata Foucault ao afirmar que “o sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso” (HALL, 2000, p. 119-120).²⁹ Posto isso, nota-se a relevância das narrativas midiáticas na

²⁹ Não desejamos defender, com isso, que a identidade é construída de forma puramente abstrata e simbólica. Ela também tem causas e conseqüências materiais. Mas esse aspecto material também é trabalhado simbolicamente e apreendido através da linguagem.

tessitura de identidades. Sendo os meios de comunicação uma cena de ampla visibilidade, os discursos que aí aparecem são fundamentais no processo de construção *reflexiva* dos indivíduos.

Em sua análise sobre as características que marcam a modernidade, Giddens (1991) discute o conceito de *reflexividade*, abordando o grau em que *pensamento*, *narrativa* e *ação* se cruzam na contemporaneidade, de forma a possibilitar uma permanente transformação e revisão das bases do agir. Para ele, há uma “ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos” (1991, p. 25). A *reflexividade* é essa espécie de convulsão em que uma parte afeta a outra. É essa recursão, em que os elementos se cruzam, tocam-se e, assim, deslocam-se.

É nesse sentido que a “mídia fornece recursos simbólicos para que os indivíduos possam implementar, repensar e articular o entendimento que têm de si mesmos e dos outros” (MARQUES, 2003, p. 10). Os enquadramentos e vozes publicizadas por ela podem levar à percepção de determinadas situações ou papéis como problemáticos. Nesse sentido, eles acabam por afetar a permanente tessitura de identidades visto que ao “entrarem em contato mediado com realidades e experiências distintas, os sujeitos são instigados a reavaliarem sua própria trajetória de vida” (MARQUES, 2003, p. 11). Ao fazê-lo, também reavaliam, coletivamente, uma série de práticas sociais, valores e, mesmo, regras instituídas.

A mídia participa, assim, de processos através dos quais a sociedade se reinventa, uma vez que “mudanças nas ordens de valores não são independentes das inovações na orientação cognitiva criadas por perspectivas cambiantes sobre o mundo social” (GIDDENS, 1991, p.

O indivíduo não tem uma essência, nem é centrado e unificado. As pessoas configuram e modificam suas identidades em práticas comunicativas socialmente inscritas.

50). Nas sociedades hodiernas, os discursos da mídia são essenciais no processo em que públicos se reconfiguram. Acabam, também, por possibilitar a transformação de instituições, que têm que se adaptar para interagir com esses públicos reconfigurados (BOHMAN, 1996, p. 201).

Considerações finais

O presente ensaio buscou traçar um mapeamento conceitual acerca de algumas possibilidades de transformação social abertas pela comunicação midiaticizada. A prática de produção, cristalização e alteração de significados compartilhados é sempre política, e a disseminação de meios de comunicação nos faz indagar sobre suas implicações nesse processo.

Acreditamos que as relações entre mídia e política são sempre complexas, heterogêneas e marcadas por recursividades. Não há causalidades lineares, já que tais relações são essencialmente sociais, sendo perpassadas por muitos outros fatores. Não se pode, assim, adotar um olhar hipermediático, segundo o qual as tecnologias da comunicação mudariam, elas mesmas, o mundo. Mas também não se pode desconsiderar que os meios trazem mudanças e que eles precisam ser levados em conta quando se trata de pensar tais processos.

Muitos estudos já foram feitos no sentido de apontar como a mídia naturaliza ordens vigentes. Buscamos elaborar, mais do que uma crítica, um contraponto a essa visão através da discussão de cinco modos por meio dos quais ela pode fomentar inovações: 1) meio de expressão; 2) pré-estruturação da esfera pública; 3) fórum de debates; 4) instauração de processos de *accountability*; e 5) forma de mediação na tessitura de identidades. É preciso, todavia, pesquisar essas questões empiricamente. Seria interessante estudar a forma como ela inicia ou fortalece situações através das quais a sociedade se repensa e se recria intersubjetivamente. É preciso pensar como seus enquadramentos, suas tematizações, seus debates, sua vigilância e o seu narrar interpelam os sujeitos e as instituições. É preciso vê-la como um ator em constante relação com o *mundo comum* permanentemente moldado pelos homens. É preciso, em suma, olhar para ela. ■

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana* [1958]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ASSIS, Érico Gonçalves de. Os manuais da mídia no ativismo político contemporâneo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVIII, 2005. *Anais...* Rio de Janeiro: Sonopress, 2005. 1 CD-ROM.
- AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e accountability. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 85-95, 2002.
- BEBHABIB, Seyla. "Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy". In: BEBHABIB, Seyla (ed.) *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. pp. 67-94.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIRKS, Jennifer. "Book review". *Media, Culture & Society*, v. 27, n. 2, 300-1, mar. 2005.
- BLUMLER, J.; GUREVITCH, M. "Rethinking the study of political communication". In: CURRAN, J; GUREVITCH, M. *Mass media and society*. London: Arnold, 2000. p. 155-172.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.
- _____. "The division of labour in Democratic discourse: media, experts and deliberative democracy". In: CHAMBERS, S.; COSTAIN, A.. *Deliberation, Democracy and the Media*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. p. 47-64.
- BRAGA, José Luiz. "Constituição do Campo da Comunicação". In: FAUSTO NETO, A.; PRADO, J. L. A.; PORTO, S. D. (orgs.). *Campo da comunicação – caracterizações, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p. 11-39.
- CASTRO, Maria Ceres S. P. *Na tessitura da cena, a vida: comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. p. 16-26, 216-277.
- CHAMBERS, Simone. *Jürgen Habermas and the politics of discourse*. Ithaca/ Londres: Cornell University Press, 1996. p. 90-105 e 155-172.
- CURRAN, J. "Rethinking Media and Democracy". In: CURRAN, J; GUREVITCH, M. *Mass media and society*. London: Arnold, 2000. p. 120-154.

- DAHLGREN, Peter. "Theory, boundaries and communication". *European Journal of Communication*. Londres, vol 19, n. 1, 7-18, 2004.
- DRYZEK, John S. "Legitimidade e economia na democracia deliberativa". In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação — teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 41-62.
- EKECRANTZ, Jan; MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres. "Modernidades, mídia e transição política — reflexões sobre os processos no Brasil e na Rússia". *Contracampo*. Niterói, v. 9, p. 07-45, 2º. Semestre/2003.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Wilson. *A transformação da política*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, W. "Esfera pública política e media II". In: RUBIM, A. A. C, BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (Eds.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. "Deliberative democracy beyond process". In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) *Debating deliberative democracy*. Malden: Blackwell, 2003. p. 31-53.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*, vol 2. Boston: Beacon Press, 1987.
- _____. "Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida". In: _____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 65-103.
- _____. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997.
- HALL, Stuart. "Codificação/Decodificação". In: Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília: Unesco, 2003. p. 387-404.
- _____. "Quem precisa da identidade?" In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.
- HALL, S. et al. "Reflexões sobre o modelo codificação/decodificação". In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 387-404.
- INGLIS, Fred. "Citizenship and the media". *European Review*. Londres, vol. 29, n. 3, 257-268, 2001.
- KLANDERMANS, B; GOSLINGA, S. "Media discourse, movement publicity, and the generation of collective frames: theoretical and empirical exercises in meaning construction". In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements...* Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 312-337.

- KLAPPER, Joseph T. “Os efeitos da Comunicação de massa”. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 162-173.
- MAIA, Rousiley C. M. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. In: LEMOS, A. et al. *Livro do XII Compós – Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004a. p. 09-38.
- _____. “Visibilidade e ‘accountability’: o evento do ônibus 174”. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XIII, 2004b. *Anais...* São Bernardo do Campo, 2004. 26f. 1 CD-ROM.
- MAIA, Rousiley. “Os ‘modos de ver’ a mídia para o entendimento da vida política”. In: *Jornada de Comunicação e Democracia*, 2005, Salvador, Bahia. 19f
- MARQUES, Ângela C. S. *Da esfera cultural à esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a busca por reconhecimento*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MCADAM, Doug. “The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the American civil rights movement”. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 338-355.
- MULGAN, Richard. “Accountability: an ever-expanding concept?” *Public Administration*. Oxford: Blackwell Publishers, vol. 78, no., 2000. p. 555-573.
- NEWTON, Kenneth. Mass Media Effects: “Mobilization or Media Malaise?” *British Journal of Political Science*. Cambridge, n. 29, 577-599, 1999.
- QUÉRÉ, Louis. *De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico*. Tradução de Vera Westin e Lúcia Lamounier. Original: *D’un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique*. Réseaux, n. 46/47. Paris: Tekhné, mar-abril 1991.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.
- STANYER, James. “Review article: political communication in transition”. *European Journal of Communication*. Londres, vol 18, n. 3, 385-394, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- TUCHMAN, Gaye. “The qualitative methods in the study of news”. In: JENSEN, K.; JANKOWSKI, N. (eds.). *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*. London; New York: Routledge, 1991. p. 79-92
- WAISBORD, S. “Watchdog journalism and democratic accountability”. In: _____. *Watchdog journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000. p. 209-256.
- WOODWARD, K. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes: 2000. p. 07-72.

A mídia e a transformação da realidade

Ricardo F. Mendonça

Resumo

Este ensaio procura refletir sobre a importância da mídia em processos de inovação social. A proposta é questionar a visão amplamente difundida segundo a qual os meios de comunicação apenas reproduzem valores e ideologias naturalizados. Ainda que essa questão não deva ser esquecida, não se pode negligenciar os potenciais de transformação que a mídia instaura. A idéia é perceber como narrativas midiáticas podem participar de reorganizações de estruturas e práticas sociais, perpassando os processos reflexivos em que a sociedade se repensa. Em nosso percurso, estritamente conceitual, apoiamos na perspectiva *deliberacionista* de democracia e nos princípios habermasianos de *esfera pública* e *circulação de poder*. A partir deles, abordamos cinco aspectos em que é possível ver a inserção da mídia em processos inovadores: a) Meio de expressão; b) Pré-estruturação da esfera pública; c) Fórum de debates; d) Instauração de processos de *accountability*; e E) Forma de mediação na tessitura de identidades.

Palavras-chave

Mídia – inovação social – esfera pública – deliberação – reflexividade

Abstract

*This paper aims to deal with the importance of **media** in processes of social innovation. The proposal is to question the widely spread approach that looks at the media as if it only reproduced already crystalized values and ideologies. Although this aspect cannot be forgotten, it may not lead researchers to neglect media's potential for social transformation. Thus, the article seeks to explore how **mediatic narratives** participate on reconstructions of social structures and practices, taking a part on the reflexive processes in which the society thinks itself. Through our theoretical trajectory, we shall be based on the deliberationist conception of democracy, as well as on the habermasian principles of **public sphere** and **dual politics**. They shall allow us to explain five manners in which media plays a part on social transformation: a) means of expression; b) pre-structuring the public sphere; c) forum of debates; d) launching mechanisms of accountability; and e) mediating processes of identities' construction.*

Keywords

Media – social innovation – public sphere – deliberation – reflexivity